***ATA NÚMERO DOIS MIL, TREZENTOS E NOVENTA E CINCO.***

Aos Vinte e Nove Dias do Mês de Março do Ano de Hum Mil, Novecentos e Noventa e Seis, reuniu-se em sua Sala de Sessões, a Câmara Municipal da Lapa, sob a presidência do Vereador Osmar Teider, secretariada pelos Vereadores João Renato Leal Afonso e Ivo Cabrini, presentes os Vereadores: Darcy Costa, Arthur Oscar Vidal Moreira, José Luiz de Castro, Anor Pedroso Joslin e Osvaldo Benedito Camargo.

A Hora Regimental o Sr. Presidente declarou aberta a Sessão, tendo início com a aprovação da ata anterior por unânimidade.

No Expediente do Dia, o 1º Secretário leu a súmula da correspondência recebida, onde constou o seguinte: Balancete Financeiro da Câmara Municipal referente ao mês de Janeiro/96. Oficio nº 13/96 da Prefeitura Municipal, encaminhando Balancete Financeiro da Prefeitura Municipal referente ao mês de fevereiro/96. Ofício nº 10/96 da Prefeitura Municipal encaminhando Balancetes Financeiros do FUNPREV referentes aos meses de janeiro e fevereiro/96. Ofícios nºs 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155 e 156/96 da Prefeitura Municipal em resposta a solicitações desta Casa. Ofício nº 158/96 da Prefeitura Municipal comunicando sua vinda a esta Casa. Ofício nº 47/96 da Secretaria Municipal de Saúde solicitando o empréstimo das dependências da Câmara Municipal. Convite da Delegacia de Policia. Ofício nº 66/96 da Câmara Municipal de Campo Largo. Solicitação da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil. Convite do Chefe da Casa Civil para cerimonia de transmissão de cargo de chefia da Casa Civil.

Foi feita a leitura na integra do ofício nº 158 do Prefeito Municipal, do Convite da Delegacia de Policia da Lapa e do convite da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, a pedido do Vereador João Renato.

Ainda no Expediente do Dia foi feita a leitura da súmula da correspondência expedida.

Passando-se à Ordem do Dia, constava em 1ª discussão o ante-projeto de Lei nº 001/96, de autoria do Executivo Municipal que cria a Conferência Municipal de Assistência Social - COMAS; o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS; e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, como especifica e dá outras providências, o qual novamente não foi discutido por falta de parecer, por ainda estar em estudos pela Comissão competente.

Em 1ª discussão o ante-projeto de Lei nº 007/96, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial.

Livre a palavra para discussão fez uso dela o Vereador José Luiz dizendo que o Prefeito Municipal sanando um problema de ordem administrativa envia para esta Casa o projeto de Lei nº 07/96, esse projeto é a maneira lógica e correta, já que para abrir qualquer credito especial tem que ter a autorização legislativa. É bom que se diga que esse projeto visa principalmente pagar dividas do PrAM e o parcelamento de dividas com o INSS, ao menos nessas áreas o Sr. Prefeito está interessado a pagar dividas contraídas em gestões anteriores; a única coisa a se lamentar é de ondé o Prefeito tira dinheiro para a abertura desse crédito. Vai votar favorável a esse projeto, mas fica o protesto por se retirar dinheiro mais uma vez de pavimentação de ruas, rede de água, esgoto e paisagismo. No rádio o Sr. Prefeito deu a entender que será feito um financiamento grande para pavimentação de ruas, e de uma maneira realista, dentro do prisma do Prefeito, vem cancelar dotações para abertura de esgoto e pavimentação de ruas. Segundo comentários que ouviu vai ser feito a reurbanização das ruas da Avenida Caetano Munhoz da Rocha e Manoel Pedro, em uma previsão de gastos, pelo que ouviu de

cento e vinte mil reais, enquanto isso em calçamento nada se faz, nas estradas e nas ruas das vilas todos são testemunhas da inoperância desse Prefeito. Fica o protesto dessa retirada de dinheiro, que deveria ter sido feito de seu gabinete e de outras áreas bem menos importantes do que pavimentação de ruas, água e esgoto.

Com a palavra o Vereador Darcy disse querer endossar o pronunciamento do Vereador José Luiz e lamenta que o Chefe do Poder Executivo tenha ido nesta data à rádio para mais uma vez ao invés de informar confundir o cidadão lapeano. Se realmente tivesse vontade política e capacidade técnica para resolver os problemas de esgoto na Lapa, o Sr. Prefeito não estaria retirando dinheiro dessa área para pagamento de dívidas, claro que é importante que se pague dividas, mas essas dividas deveriam ser pagas com dinheiro das viagens que o Sr. Prefeito fez a Portugal e este Vereador teve o prazer de votar contra a autorização para que ele fosse gastar o dinheiro do povo da Lapa, quantos metros de manilha deveria dar para comprar com esse dinheiro que ele gastou inutilmente indo na Europa aprender como se restaura casa velha de gente rica. Usa-se dinheiro publico para inventar história na Lapa, porque tem muitas casas que nem são históricas e estão sendo reformadas com dinheiro publico, deixando falta em outras áreas como saúde, saneamento, educação. Falta planejamento, desde o primeiro dia do mandato do Prefeito foi pedido o plano de governo para a Lapa, o Prefeito já está saindo e até hoje nada veio para esta Casa; prova que não tem plano de governo é os pedidos de verbas suplementares, de verbas especiais, quem tem plano de governo sabe quanto vai gastar, não se pode gastar acima de suas posses , senão é como dizia um escritor francês "é a miséria vestida de luxo". O Sr. Prefeito se perdeu graças aos coveiros políticos que tem ao seu redor, que não se pode chamar de assessores esses que estão ao lado do Prefeito, tem muita gente incompetente incrustado no Poder, graças a Deus que alguns desses incompetentes vão ser candidatos a vereador e por força de lei vão se desencompatibilizar e a Lapa vai ficar livre deles seis meses antes. Se houvesse realmente um plano de governo essas manobras orçamentárias não seriam necessárias. A situação é muito difícil todos os governos estão com dificuldades, inclusive os que tem arrecadação muito maior, os Municípios que não são industrializados sofrem muito mais, porque não tem imposto e quem aperta o cinto é o pobre. Vai votar favoravelmente porque é para o pagamento do debito com a Previdência, o Ministro Stefannes tem demonstrado as dificuldades da previdência e se esta não tiver caixa não vai ter dinheiro para pagar os aposentados que na grande maioria ganham o salário mínimo. É bom que esse exemplo de divida com o INSS seja tomado como exemplo para que o dinheiro que é descontado dos funcionários públicos municipais e que não está sendo recolhido, não adianta pagar a divida com o INSS e continuar a divida com o Funprev, porque não é justo que os próximos prefeitos venham herdar dividas de Prefeitos irresponsáveis, que gastaram o dinheiro em viagens internacionais.

Com a palavra o Vereador Osvaldo disse que a solicitação do Prefeito é para pagar empréstimo de PrAM e do INSS, o PrAM é um projeto tão importante do Estado que veio no tempo em que o nobre Vereador José Luiz de Castro era Secretário, isso vem de vários anos, e agora o Prefeito Joacir vem lembrar de quanto foi importante esse projeto, quantas ruas pavimentadas e esgotos foram feitos com esse dinheiro; infelizmente não tiveram a mesma sorte com o PEDU, tantas ruas da Cidade que poderiam estar calçadas e não foi aprovado nesta Casa.

Solicitando um aparte o Vereador Arthur disse que para que o Prefeito tenha condições de receber a verba do PEDU não pode ter dividas com o INSS, por esse motivo gostaria que

o Vereador Osvaldo provasse a esta Casa que na época o Sr. Prefeito não tinha divida com o INSS.

Continuando o Vereador Osvaldo disse que se tivesse debito nem teria vindo esse projeto para o nosso Município.

Solicitando um aparte o Vereador João Renato disse que todos devem estar lembrados que antes do projeto do PEDU foi votado nesta Casa um projeto de parcelamento da divida com o INSS para cumprir essa exigência do Governo e principalmente a exigência do Banco Central do Brasil; por isso pode afirmar que essa divida não atrapalhava nada, pois estava autorizado o parcelamento e devidamente acatado pelo Banco Central do Brasil. O motivo da não aprovação do PEDU não pode em hipótese alguma ser atrelado a essa divida.

Continuando o Vereador Osvaldo disse respeitar a opinião dos demais , mas continua lembrando ao povo lapeano que muitas ruas da cidade da Lapa deixaram de ser pavimentadas pela não aprovação do PEDU, onde viria um dinheiro muito bom para a Cidade da Lapa; agora vem o FDU, vão ter nesta Casa a oportunidade de votar esse dinheiro que vem para essa finalidade e espera que todos sejam solicitados não ao Prefeito , mas em favor da população lapeana, porque este Vereador não está aqui para defender o Prefeito e sim o que vem em detrimento da Lapa, não devem olhar em partidos.

Solicitando um aparte o Vereador Darcy disse que apenas para não constar errado em ata o correto seria em beneficio da população lapeana, porque em detrimento seria em prejuízo.

Continuando o Vereador Osvaldo disse que deixou-se de fazer muitas coisas importantes, não só ruas pavimentadas, mas o esgoto que tanta gente clama por esse beneficio; hoje vê-se tantos requerimentos nesta Casa solicitando pavimentação de ruas e rede de esgoto, por isso pediria desde já que todos considerassem esse projeto do governo que vem com essa verba para dar maiores condições a nossa Cidade.

Mais ninguém querendo fazer uso da palavra, foi o ante-projeto de Lei nº 007/96, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial, colocado em votação sendo aprovado por unânimidade.

Em 1ª discussão o projeto de Decreto Legislativo nº 05/96, que aprova as contas do Executivo Municipal referentes ao Exercício de 1993.

Livre a palavra para discussão fez uso dela o Vereador José Luiz de Castro dizendo que da maneira que esse Decreto foi redigido não espelha a verdade porque se essa Casa aprovar da forma como esta esse Decreto vai ficar valendo a decisão do Tribunal de Contas e essa decisão é bastante clara; foi anexado a esse projeto um documento de maneira errada, incorreta e a Comissão de Legislação nesta Casa tem responsabilidade já que deu o parecer favorável a algo errado. Tem em mãos documentos, a Resolução nº 1.038, de 1995, data posterior a oito de fevereiro de 1995, encaminhada a esta Casa, chegou a esta Casa na gestão da atual Mesa, tem a impressão que a maioria dos senhores tem conhecimento mas mesmo assim fez a leitura na integra desse documento; se esta Casa aprovar como está no projeto estarão simplesmente correndo o risco de se ter denunciado junto ao Tribunal de Contas a maneira como está sendo conduzido o processo de aprovação das contas do Executivo Municipal. Teria que ser redigido o projeto pela aprovação ou não do parecer do Tribunal de Contas, quem for favorável ao parecer do Tribunal de Contas, vota favorável, quem não for vota contrário, para

que se mude o parecer, conforme determina o Regimento Interno e a Lei Orgânica, precisa-se de dois terços. Se for conduzido desta maneira, tem a impressão que terão problemas futuros junto ao Tribunal de Contas, solicita a Mesa que nomeie uma Comissão composta de Vereadores da situação, da oposição, mais o assessor jurídico para irem ao Tribunal de Contas pegar uma nova certidão declarando que as contas do Prefeito estão regulares, se vier essa declaração, este Vereador votará favorável, senão votará contra por considerar isso ilegal.

Com a palavra o Vereador Darcy disse querer pedir desculpas aos Vereadores, principalmente ao Vereador José Luiz, com relação a Comissão de Legislação e Justiça.

Solicitando um aparte o Vereador João Renato disse que o Vereador José Luiz referiu-se a Comissão de Legislação e Justiça, mas gostaria de lembrar que com relação as contas quem dá parecer e elabora o projeto de decreto legislativo é a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, como assim o fez, assinado pelos Vereadores Ivo Cabrini, Arthur Oscar e Osvaldo Camargo, todos dando ciência de que as contas do Executivo poderiam ser votadas. Não fala isso com o intuito de se desculpar por fazer parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, mas quem fez o projeto , elaborou o parecer e é de sua competência julgar as contas, é a Comissão de Economia.

Continuando o Vereador Darcy disse que o Vereador João Renato antecipou o que este Vereador iria falar, inclusive iria alertar que não havia passado pela Comissão de Legislação, da qual este Vereador faz parte e talvez até pudesse ser pensado na possibilidade desse projeto passar pela comissão de legislação, porque é uma coisa tão importante e o julgamento seria muito mais técnico. O Sr. Prefeito foi alertado pelo Tribunal de Contas que teria trinta dias para devolver o valor, se ele não fez tripudiou em cima do Tribunal de Contas, apesar dessa Tribunal não ter força para julgar e condenar, apenas da o parecer, mas esse parecer pesa muito na hora de alguma coisa ir para a justiça, porque é jurisprudência formada.

Solicitando um aparte o Vereador José Luiz disse querer pedir desculpas aos membros da Comissão de Legislação, reconhecer o erro em publico já que a Comissão responsável foi a de Economia.

Solicitando um aparte ao Vereador Darcy Costa, o Vereador Arthur Oscar disse que assinou o parecer em alerta a própria Mesa, este Vereador já sabia desse problema, mas queria alertar a Mesa para que ela entre em contato com o Tribunal de Contas e que eles forneçam outra certidão. A Mesa deveria ter tomado o cuidado em saber se foi realmente legalizado a situação do Prefeito.

Continuando o Vereador Darcy disse que para se fazer algo mais sensato deveria esse projeto passar pela Comissão de Legislação e Justiça, este Vereador está disposto a ir junto com os companheiros ao Tribunal de Contas, era a hora de se fazer isso.

Com a palavra o Vereador João Renato disse que esse projeto deve ser retirado, senão pela Comissão ou pelo Plenário e que a Comissão de Legislação possa emitir parecer junto com a Comissão de Economia, a qual foi incumbida em data de vinte e nove de novembro de noventa e quatro, através do então Presidente Vereador José Luiz de Castro e recebido pelo então Presidente da Comissão Vereador Arthur Oscar, onde muito estranha esse Vereador dizer que sabia sobre esse problema.

Solicitando um aparte o Vereador Arthur disse que sabia por informações recebidas hoje do Vereador José Luiz, assinou o parecer para acompanhar a Comissão. A sua opinião

seria de que o Plenário retirasse o projeto e se fizesse uma consulta ao Tribunal de Contas para que depois voltasse a votação. Assinou por uma questão de companheirismo com a Comissão mas tinha intenção de sugerir a retirada do projeto da Ordem do Dia.

Continuando o Vereador João Renato disse que admira-se do Vereador dizer que tinha conhecimento, provando que houve um descuido humano e devido a isso este Vereador pede vistas aos dois projetos de Decretos Legislativo, não só ao projeto nº 05/96, mas também ao 28/95; e pede ainda que se despache também esses projetos a Comissão de Legislação, Justiça e Redação; talvez até seja o caso das duas comissões irem ao Tribunal de Contas pedir um parecer. Essa é a sugestão deste Vereador para que não se cometa o erro de se aprovar uma coisa errada ou de maneira errada; embora a função do Tribunal de Contas do Estado do Paraná tem a incumbência de exarar um parecer prévio, nunca o poder de policia, cabe ao Plenário desta Casa julgar as contas do Município, mesmo tendo um parecer prévio do Tribunal de Contas do Paraná contrário, a Câmara Municipal da Lapa tem o poder de derrubar esse parecer com dois terços de seus membros. Acatando a denuncia do Vereador José Luiz de Castro, devem estudar melhor, inclusive a Comissão e talvez até ir ao Tribunal de Contas e se não for este o caso a Comissão de Economia deve fazer um novo projeto de decreto para que não se tenha problemas no futuro.

Com a palavra o Vereador Darcy disse que esse julgamento do Tribunal de Contas é conseqüência de uma denuncia que este Vereador fez quando viu no Boletim Oficial um contrato feito com uma firma de assessoria em Brasília; esse contrato foi feito por uma licitação fajuta e este Vereador achou que não era legal, porque não entendia que uma Cidade pobre como a Lapa precisasse ter uma firma de assessoramento em Brasília. Justamente nesta época estava instalada a Comissão Parlamentar da Corrupção, e este Vereador mandou a denuncia ao Senador Jarbas Passarinho que muito gentilmente atendeu dizendo que não era função daquela comissão julgar, mas que havia tomado a liberdade de enviar essa denuncia ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e esse Tribunal julgou procedente a denuncia e em um trecho eles diziam que o Prefeito tergiversou e não explicou. Os conselheiros votaram por unanimidade considerando correta a denuncia feita. Este Vereador tem o maior respeito pelos conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que é um Tribunal que serve de exemplo para o resto do Pais, o Tribunal de Contas do Paraná tem saído dar cursos em todo o País, isso é sinal de competência e um documento assinado por gente competente este Vereador assina em baixo.

Com a palavra o Vereador Ivo Cabrini disse que como Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, concorda com o pedido de vistas do Vereador João Renato aos dois projetos de Decretos Legislativo, para que durante a semana possam estudar melhor.

Com a palavra o Vereador José Luiz disse concordar com o pedido de vistas, solicita que seja colocado em votação a designação de membros desta Casa, dentre os quais este Vereador nem precisa estar presente, fica aqui o compromisso deste Vereador que se o Tribunal de Contas der parecer favorável, este Vereador acompanhará essa decisão. Esse processo deu entrada nesta Casa em data de vinte e três de novembro de hum mil novecentos e noventa e quatro e como determina a Lei Orgânica e o Regimento Interno, foi publicado em jornal de circulação e ficou as contas a disposição da população da Lapa por dois meses.

Solicitando uma aparte o Vereador João Renato disse que inclusive consta um aviso assinado pelos Vereadores José Luiz, na época Presidente e pelo Vereador Darcy, Secretário, deixando as contas a disposição da população pelo prazo de sessenta dias.

Continuando o Vereador José Luiz disse que então quando era o Presidente foi cumprido religiosamente o que determina a Lei Orgânica e como terminava o seu mandato dia trinta e um de dezembro e o prazo iria até trinta de janeiro, a condução desse trabalho passou para a atual Mesa, quer apenas deixar claro que a Mesa anterior cumpriu com suas funções.

Em votação o pedido do Vereador José Luiz para que se componha uma comissão com a finalidade de ir ao Tribunal de Contas verificar sobre as contas do prefeito, foi o mesmo rejeitado com o Voto de Minerva do Sr. Presidente.

Em votação o pedido de vistas do Vereador João Renato aos projetos de Decretos Legislativo nº 05/96 e 28/95, para que sejam encaminhados à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, foi o mesmo aprovado.

O Vereador José Luiz disse querer solicitar a Mesa que assim que estivesse pronto o projeto de decreto legislativo, que fosse fornecido cópia a todos os Vereadores juntamente com toda a documentação para que se possa estudar.

Havendo sido aprovado o pedido de vistas ao projeto de Decreto Legislativo nº 28/95, e nada mais constando para a Ordem do Dia, imediatamente passou-se a leitura dos requerimentos apresentados: Do Vereador José Luiz de Castro solicitando a inserção em ata de Voto de Congratulações a diretora e funcionários do Naes. Do Vereador José Luiz de Castro solicitando a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento de Rodolfo Frank. Do Vereador José Luiz de Castro solicitando a Secretaria de Saúde providências quanto a contratação de oculista. Do Vereador José Luiz de Castro solicitando providências quanto ao atendimento da E.C.T. Do Vereador José Luiz de Castro solicitando ao Prefeito Municipal informações oficiais sobre o pedido de empréstimo de setecentos mil reais. Do Vereador José Luiz de Castro denunciando ao Prefeito Municipal o transporte e a deposição final do lixo hospitalar. Do Vereador José Luiz de Castro solicitando a SANEPAR informações sobre o cronograma da obra da coleta de esgoto para Mariental. Do Vereador José Luiz de Castro solicitando ao Prefeito Municipal que se faça a coleta de lixo em Mariental ao menos duas vezes por semana. Do Vereador José Luiz de Castro solicitando ao Presidente da Câmara que somente coloque o projeto de Lei que refere-se ao empréstimo de setecentos mil reais, após a vinda das informações pedidas ao Executivo. Do Vereador Anor Pedroso Joslin solicitando ao Prefeito Municipal melhorias nas estradas da Colônia Joanesdorff. Do Vereador João Renato Leal Afonso solicitando ao Prefeito Municipal a construção de um abrigo para o ponto de taxi em frente ao Supermercados Condor. Do Vereador João Renato Leal Afonso solicitando ao Prefeito Municipal o Plano de Aplicação do credito que se pleiteia de acordo com o projeto de Lei nº 03/96. Do Vereador Osmar Teider solicitando ao Prefeito Municipal providencias junto a Copel para que se coloque lâmpadas próximo ao Sanatório. Do Vereador Darcy Costa solicitando a inserção em ata de Voto de Congratulações ao Secretário de Estado da Saúde do Paraná, Sr. Armando Raggio.

Ninguém querendo colocar qualquer requerimento em destaque, foram os mesmos deferidos ficando à disposição de todos, juntamente com o expediente, na Secretaria desta Casa.

Passou-se então ao Grande Expediente, onde inscreveram-se os Vereadores José Luiz de Castro, Darcy Costa, João Renato Leal Afonso e Antonio Cesar Vidal.

Com a palavra o Vereador José Luiz disse querer falar sobre esse empréstimo do Prefeito no valor de setecentos mil reais; esse valor refere-se apenas a investimentos, nenhum Vereador, principalmente os da oposição tem conhecimento de que tipo de investimentos serão. Hoje pela manhã o Prefeito falou em rádio sobre o empréstimo dizendo que o povo deveria fazer pressão na Câmara, dando a entender que os Vereadores não queriam aprovar. À tarde o companheiro Ademir ligou a respeito de financiamento Paraná Urbano, gostaria de dizer em Plenário que o projeto que veio para esta Casa não se refere em momento algum sobre o programa Paraná Urbano. Não se tem nesta Casa nada que se refira ao Programa Paraná Urbano, nem nenhuma referencia a AMSULEP e estranha que no final o Prefeito diga que assim a Lapa preparasse para enfrentar seus problemas de pavimentação e urbanização da Cidade, dependendo apenas do empenho e colaboração patriótica da Câmara Municipal. Antes de ter conhecimento disso, este Vereador tinha vindo a esta Casa no período da tarde e feito um requerimento para que se possa ter mais dados em mãos para poderem dar informações corretas a população, quer saber quais os tipos de investimentos que serão feitos, pois investimento é uma palavra muito vaga, no estado que se encontra a Lapa hoje, não vê que desmanchar e refazer o paisagismo da Avenida Caetano Munhoz da Rocha seja coisa necessária, tem também investimento cultural, que é a reforma de casas velhas de pessoas ricas. Se for para jogar dinheiro investindo desta forma, logicamente este Vereador votará contra esse projeto, mas se for para calçamento e coisas necessárias, com certeza este Vereador votará favorável. Tem também o problema social do Nosso Chão; comprar mais terras, atrair mais gente para empilhar no Nosso Chão sem dar infra-estrutura, sem emprego, isso é um ato demagógico e desumano, primeiro tem que se pensar em dar empregos para depois atrair mais gente. Quer saber também quais os locais que serão beneficiados antes para que as pessoas possam ser informadas e não fiquem na ilusão de que todas as ruas da Cidade serão calçadas. O PEDU era para calçar tudo e fazer esgoto, mas era um dinheiro relativamente pequeno, segundo as informações que teve na época daria para calçar no máximo dezoito quadras. Das ruas que foram calçadas na Lapa vê-se muitas até sem importância, outras com muito mais tráfego não receberam calçamento, mas é fácil saber o por quê.

Solicitando um aparte o Vereador Osvaldo Benedito Camargo disse que o Vereador José Luiz referiu-se ao PEDU, mas mesmo que fosse para se calçar dezoito, cinco ou até uma rua, era um beneficio que estava vindo para a população. Quanto a questão de onde vai ser aplicado, a população é quem vai dizer, vai ser feito reuniões nas vilas, nos bairros e elas vão se pronunciar, é um projeto muito bem montado, não tem como o Prefeito tirar verbas dessa finalidade para por em outro local.

Continuando o Vereador José Luiz disse que contestando o Vereador Osvaldo, até hoje nunca viu a população da Lapa sendo ouvida, e a prova disso é que o Plano Diretor da Cidade foi feito apenas uma reunião nesta Casa, onde se falou mais do porque e como foi feita a contratação da empresa e não os objetivos e prioridades desta Cidade. Gostaria de saber do Vereador Osvaldo se tem condições de apontar o nome de algumas pessoas que participaram dos debates desse Plano Diretor, qual foi a obra que o Sr. Prefeito consultou alguém da comunidade, quem deu o "pode" ao Sr. prefeito para ele gastar dinheiro, segundo o que dizem cento e vinte mil reais, na reurbanização da Avenida

Caetano Munhoz da Rocha. Na pratica não se tem na Lapa o hábito de consultar a população, o Prefeito se julga todo poderoso. Não tem visto a população ser consultada nestes últimos três anos, o que se vai fazer com isso é procurar iludir as pessoas, dando a impressão que a rua onde mora vai receber esse beneficio; por isso quer saber por escrito quais as ruas e quais os trechos que receberão calçamento. Quanto ao PEDU todos sabem que não foi aprovado porque o Sr. Prefeito queria um prazo grande e na época tinha autorização na época, representando sua bancada de no máximo cinco anos, mas o Prefeito disse que ou era dez anos ou nada, tinha várias pessoas nessa reunião que são testemunhas.

Solicitando um aparte o Vereador Osvaldo disse que o Prefeito queria um prazo grande, mas esse crédito que o Prefeito está pedindo hoje para pagamento de prestações do PrAM, é do tempo em que o Dr. Wilson, que Deus o tenha em bom lugar, era Prefeito, e só hoje se vai fazer o pagamento, mas isso é para pagar benefícios que já foram feitos para a população lapeana; Então porque não hoje se aprovar para que o pagamento seja feito daqui a dez anos, dando condições do Prefeito trabalhar.

Continuando o Vereador José Luiz disse que a questão do PrAM, na época era um programa maravilhoso, tanto que foi aprovado nesta Casa por unânimidade. O PrAM funcionava da seguinte forma, a Prefeitura recebia um terço a fundo perdido, e desde que a Prefeitura financiasse até um terço recebia mais um terço a fundo perdido, então ganhavam dois terços a fundo perdido e pagava um. Nenhum outro governo ofereceu isso, o Roberto Requião queria dar uma pequena parcela, o Município arcava com todo o restante, com financiamento e recursos próprios e depois ele vinha inaugurar a obra como se fosse do Estado.

Solicitando um aparte o Vereador Darcy disse que era época pré eleitoral e o Governador esteve na Lapa, porque tinha interesse em ajudar a eleger um candidato a deputado estadual, também apoiado pelo Sr. Prefeito, e que não se elegeu. O PEDU era especificamente para fazer campanha eleitoral para esse indivíduo que fazia parte da tropa de choque do Requião e na campanha política do Governador Jaime Lerner esteve na televisão chamando o então candidato Jaime Lerner de Judeu com práticas nazistas, desrespeitando a sua origem judaica, que não é defeito, mostrando racismo. Graças a Deus que não se pode usar o PEDU para conseguir votos para esse cidadão que mostrou não merecer ser eleito. Essa conversa do PEDU, o Sr. Prefeito ficava o dia inteiro fazendo publicidade em rádios para agredir a Câmara, inclusive os berros do Sr. Roberto Requião para alardear propaganda, tantas vezes era posta a gravação que o povo ficou saturado.

Continuando o Vereador José Luiz disse que se o Prefeito tem cinqüenta projetos elencados, ele pode fornecer isso a Câmara com urgência, inclusive com cronograma de inicio e final de cada obra, valores e qual o percentual que será aplicado na cidade e no interior e ainda outras informações que o Prefeito julgar necessário. Com esses dados os Vereadores poderão estudar, discutir e desde que viável e dentro da necessidade do povo da Lapa, aprovar; mas se for para fazer coisinhas de Prefeito que não tem compromisso maior com a população este Vereador votará contrário.

Com a palavra o Vereador Darcy disse que apresentou requerimento pedindo a inserção em ata dos trabalhos desta Casa Voto de Congratulações ao Sr. Armando Raggio, Secretário de Estado da Saúde, foi Secretário Municipal de Saúde de Curitiba. O aperfeiçoamento da rede de saúde de Curitiba, deve muito ao Dr. Armando Raggio. O Governador Lerner quando assumiu fez

questão que o Dr. Armando fosse o Secretário de Saúde, em que pese as pressões políticas que sofreu para indicar outras pessoas, e o Governador acertou em cheio. este Vereador tem acompanhado os trabalhos desde que era Secretário Municipal de Saúde de Curitiba, foi Superintendente da antiga fundação Hospitalar do Paraná, hoje Instituto de Saúde do Estado do Paraná, fez um trabalho muito comprometido com a população, dentro da Secretaria Municipal de Saúde também foi um exemplo; na Secretaria Estadual de Saúde ele tem sido um homem extremamente sério e competente, tanto que foi eleito por unanimidade por todos os Secretários de Saúde do Brasil, como Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, não houve um voto contra, isso representa o reconhecimento da competência de um cidadão que não é paranaense, mas recebeu, com muito merecimento, o Titulo de Cidadão Curitibano. Essa homenagem que se faz nesta Casa é pequena mas é sincera, de coração para uma pessoa que realmente merece. Justificou esse pedido por se tratar de reconhecimento nacional a capacidade de quem durante toda sua vida profissional tem demonstrado, não só com discursos, mas com ações o compromisso do aperfeiçoamento da atenção na área de saúde. Este Vereador sendo um profissional da saúde, acompanhando o serviço dessa pessoa, tem que render tributos e homenagens a tudo o que ele tem feito para aperfeiçoar principalmente o Sistema Único de Saúde, em muitos estados se vê que não funciona, no Paraná, tem suas precariedades por falta de recursos, mas perto de Rio de Janeiro, São Paulo o Paraná está bem. Gostaria de referir-se ao Programa Paraná Urbano, quando o líder do Prefeito fala que será feito reuniões com os moradores, este Vereador acha que essas reuniões já deveriam estar sendo feitas há muito tempo, o povo deveria ser ouvido, mas quem quer conversar com o povo, quer que o povo ajude a decidir, quando vai formar Conselhos Municipais de Saúde ou de Assistência Social, não manda projetos de Lei dizendo que os Secretários Municipais são automaticamente Presidentes dos Conselhos, esses Conselhos Municipais são paritários e deliberativos, se antes de se ter os conselheiros já se indica os Presidentes, isso está errado. A própria Lei Orgânica de Assistência Social e da Saúde, diz que o Conselho é paritário e que o Presidente do Conselho é eleito entre os membros do Conselho. Não se deve manipular, tutelar o povo, tirar o direito do povo decidir sobre seus instintos. Essa conversa de ouvir o povo agora em ano eleitoral é balela, porque quem gosta de ouvir o povo começa desde o primeiro dia de seu mandato. Esse grande amor pelo povo de uma hora para outra é estranho.

Solicitando um aparte o Vereador Osvaldo disse que desde o primeiro ano veio o PEDU para esta Casa e não foi aprovado, se tivesse a autorização da Câmara ele teria ouvido o povo e feito o que o povo quer que é melhorias no seu bairro, mas para o Prefeito fazer isso precisa-se dar condições do Prefeito fazer isso.

Continuando o Vereador Darcy disse que talvez não tenha se explicado bem em seu pronunciamento, mas o PEDU, tão falado, faria dezoito ruas seguidas, não calçaria toda a Lapa, então isso é desculpa, é golpe político, qualquer buraco que tem na Lapa hoje a culpa é do PEDU. Todos sabem que o Prefeito durante três anos governou de forma autoritária, não dava satisfação a esta Casa, mandava pacotes prontos e tudo era aprovado. Não foi negado o PEDU, simplesmente não acharam justo os próximos Prefeitos pagarem por uma divida feita pelo Prefeito Joacir; os vereadores da oposição queriam que fosse pago essa divida num prazo máximo de cinco anos, mas o Prefeito disse que ou era como ele queria ou não era nada; ela não sabe negociar, não serve para político

porque é muito autoritário e os vereadores não podem se submeter e ser tratados como empregados do Prefeito. O Legislativo tem que ter independência e ter sua própria personalidade, os Vereadores são empregados do povo e não do Prefeito.

Com a palavra o Vereador João Renato disse que o assunto do dia foi o empréstimo do Fundo de Desenvolvimento Urbano, quer deixar registrado que este Vereador juntamente com o Vereador Cesar Vidal apresentaram requerimento aprovado neste Plenário perguntando ao Prefeito sobre o Plano de Aplicação desses recursos. Não devem pensar que esse dinheiro vai ser pego para fazer política, por quê não pensar que esse dinheiro , que vem num montante de quase quinhentos milhões de dólares, através do Banco Interamericano de Desenvolvimento, para o Estado do Paraná, dinheiro que foi conseguido com o prestigio, com a competência do Governador Jaime Lerner; desse montante dois milhões de reais é para a região da AMSULEP, e desse setecentos mil reais é para o Município da Lapa; apesar deste Vereador ser contrário, inclusive foi taxativo com o Sr. Prefeito sobre isso, que esse dinheiro seja aplicado no Santuário, embora respeitando o símbolo religiosos que o Santuário tem em nosso Município, mas tem coisas mais prioritárias, porque então não pensar que esse dinheiro será bem aplicado. Este Vereador votou favorável ao requerimento do Vereador José Luiz de Castro que pede que esse projeto só seja apreciado após o pronunciamento do Sr. Prefeito porque era essa a vontade deste vereador. Este Vereador junto com o Vereador Cesar Vidal querem um plano de aplicação desse dinheiro, o que não podem é perder esse dinheiro, porque o Programa Paraná Urbano foi conseguido com muito trabalho, ontem este Vereador junto com o Vereador Cesar tiveram a oportunidade de irem a audiência com o Secretário de Desenvolvimento Urbano, onde foram muito bem tratados, depois de conversar com o Secretário ele passou estes Vereadores ao Assessor Parlamentar, onde falou do processo do Paraná Urbano, que é uma coisa fabulosa, onde encontraram empréstimo desse montante, pagando de seis a oito por cento de juro ao ano sem correção monetária e com carência de três anos para pagar e em um prazo de quinze anos. Claro que os Vereadores precisam tomar cuidado mas tem a obrigação com o Município, e não podem dizer que não vão aprovar esse dinheiro porque o Sr. Prefeito é taxativo em dizer que é quinze anos, ele não tem a força de dizer que e dez ou vinte anos, os Vereadores sim, porque como no PEDU, veio para esta Casa de Leis projeto pedindo permissão para contratação com o Banco do Estado do Paraná até o valor de setecentos mil reais em até quinze anos, mas nada impede que os Vereadores façam, usando as atribuições legais, uma emenda dando cem mil reais para pagar em um ano. Não devem votar contra alguma coisa por esse motivo. Embora este Vereador deixou claro na audiência que teve com o Prefeito que seu voto está condicionado a essas indagações feitas pelos requerimentos apresentados hoje, porque este Vereador , mesmo respeitando muito o Santuário e a Avenida Munhoz da Rocha e Manoel Pedro, mas é um absurdo deixar estradas rurais intransitáveis, ruas da Cidade em estado lastimável e gastar setenta e cinco mil reais na urbanização da Avenida Munhoz da Rocha; não adianta o visitante estar passando pela avenida vendo uma coisa bonita e caindo nos buracos do asfalto. Ficou contente ao saber que será ouvida a população com relação a aplicação dessa verba e conclama ao Vereador Osvaldo que interceda junto ao Prefeito Municipal, vendo as prioridades. Com essa conversa que teve com o Secretário de Desenvolvimento Urbano este Vereador ficou sabendo de como vem esse dinheiro, que foi conseguido pelo Governador Jaime Lerner, nesse valor de quase quinhentos milhões de dólares, sendo que sessenta por cento será financiado pelo BIRD, vinte por

cento pelo Estado do Paraná e vinte por cento pela contra partida do Município. Deve salientar também que esse dinheiro virá através de um plano de ação protocolado na Secretaria de Desenvolvimento Urbano , onde a conta será aberta em nome da obra a ser desenvolvida e o dinheiro será repassado a empresa ganhadora da concorrência. O controle dessa aplicação, para que não se diga que vai se fazer uma rua gastando um real e dizendo que foi gasto vinte; outro ponto importante é a capacidade de endividamento junto ao Banco Central do Brasil, no projeto pede até setecentos mil reais, mas pode não ser esse o valor, porque quem vai dizer o valor é o Banco Central. Conclama, como Vereador preocupado em fazer alguma coisa para a comunidade, que se vote favorável a esse projeto, é importante a fiscalização e a aplicação desse dinheiro.

Solicitando um aparte o Vereador Darcy disse que o BIRD exige que se tenha um planejamento ou cronograma para repassar o dinheiro emprestado, precisa-se atender as exigências feitas porque eles são muito rigorosos. Se alguém está pensando em usar essa verba de forma ilegal , eles detectam, eles são técnicos de alto nível internacional. Sabe disso porque a área de saúde vai ser bastante beneficiada com esse empréstimo e tudo o que é gasto tem que ser planejado.

Continuando o Vereador João Renato disse que essa foi a preocupação deste Vereador junto com o Vereador Cesar quando procuraram o Secretário Lubomir onde disse que infelizmente essa questão de onde será aplicado não é uma questão da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e o paisagismo é dentro do perímetro urbano podendo ser feito legalmente, só que cabe aos Vereadores através da força política e os cidadãos através da força popular, tentarem deixar o paisagismo para quando todas as ruas estiverem ensaibradas ou asfaltadas, com esgoto e toda a infra estrutura que a Lapa precisa e merece há muito tempo.

Com a palavra o Vereador Antonio Cesar Vidal disse que a respeito do pronunciamento do Vereador João Renato, realmente foram muito bem recebidos na Secretaria de Desenvolvimento Urbano, este programa é excelente, abrange saneamento, pavimentação, pode inclusive ser comprado caminhões para a coleta de lixo, máquinas, etc. Sobre o Santuário, se o Prefeito insistir em fazer esse paisagismo, este Vereador votará contrário porque o Santuário não ;é propriedade do Município; se tudo estivesse bem no Município, todas as ruas estivessem boas e sobrando dinheiro, este Vereador concordaria. Este Vereador é contra também o dinheiro que está sendo aplicado na Avenida Caetano Munhoz da Rocha; existe projetos para a Avenida Aloisio Leoni, porque então não aplicar esse dinheiro abrindo pista dupla na Avenida Aloisio Leoni. Não vai votar contra desde que seja obedecido esses critérios, os bairros que precisam terão que batalhar e depois vistoriar o serviço, sem criticas ao engenheiro da Prefeitura, mas este Vereador não acredita nesse anti-pó que está sendo feito.

Solicitando um aparte o Vereador João Renato disse que sobre o anti-pó tem a rua da Cohapar que não faz um ano que foi feita , este Vereador visitou a rua e ficou decepcionado; tem também a rua do Santuário, que quando foi feita ficou horrível e quando foi feito a da Cohapar ela já ficou um pouco melhor. Então pode ser melhorado, os moradores devem supervisionar e cobrar que se faça uma base melhor.

Continuando o Vereador Cesar disse que a rua ao lado do Santuário acabou-se em pouco tempo e pode até estar errado, mas não acredita que essas pavimentações vão resistir. Pede que as associações de bairros contatem com engenheiro que tenha conhecimento nesse sentido e se faça um levantamento antes de ser aplicado esse tipo de pavimentação.

Solicitando um aparte o Vereador Darcy disse que poderiam pedir uma consultoria ao pessoal do DER que tem uma experiência enorme com estradas, são pessoas altamente habilitadas e o Governador Jaime Lerner, com certeza daria todo o apoio para fazer essa orientação. A própria faculdade de engenharia poderia orientar, é função da faculdade sair dos muros e vir de encontro a população. Existem meios de se conseguir isso sem precisar ficar inventando coisas em cima do que já existe, pode já existir uma mistura boa para essa finalidade e se ficar fazendo experiências se perde tempo

Continuando o Vereador Cesar disso que o Município não tem maquinas apropriadas para esse serviço, tem na Cidade bastante caminhões que fazem transporte para a Dagranja, são pesados, andam por toda a Cidade e as ruas não agüentam se não for bem feito. Todos tem que ficar atendo a isso se o projeto for aprovado, a população tem força e se precisar do apoio da Câmara os Vereadores estão a disposição.

Solicitando um aparte o Vereador Osvaldo disse ser louvável a preocupação dos Vereadores, mas a Cohapar foi a primeira rua a ser feita com essa técnica que foi trazida de Cascavel pelo engenheiro da Prefeitura, essa rua serviu de cobaia, a outra já ficou melhor, uma terceira ficará ainda melhor. É louvável a preocupação de todos mas isso já foi visto e comentado pelo engenheiro e há condições de melhorar cada vez mais essa pavimentação. Quer deixar claro também, quando falou que a população será ouvida, referiu-se principalmente aos bairros organizados através das associações; já tiveram uma reunião com a Vila Santa Zelia, onde se esperava dez pessoas e compareceram mais de sessenta pessoas. Através da manifestação do povo é que o Sr. Prefeito vai atender os pedidos.

Continuando o Vereador Cesar disse que preocupa-se porque estão próximos de eleição e talvez até todos os aqui presentes não estejam no próximo ano, estão fazendo um empréstimo, é dinheiro que vai ter que ser pago, não tem nada a fundo perdido, ficará esse compromisso para os próximos Prefeitos, se fizeram um asfalto de má qualidade a divida vai ser dobrada, porque alem do que se deve no banco vai ter que ser refeito o serviço. Este Vereador quer documento do que vai ser feito, porque só falar não adianta, tem que ser conversado muito sobre isso, antes de ser aval desse empréstimo. Quanto a cada vez que se fizer uma rua vai ser melhorado, tudo bem, mas no Município tem-se vários tipos de solo e o tipo de pavimentação é diferente. Outra coisa que gostaria de comentar é sobre o Santuário, se ele for incluído nessa obra este Vereador votará contra a esse projeto que deverá entrar em votação nas próximas semanas.

Aberta as inscrições para Explicações Pessoais inscreveram-se os Vereadores José Luiz de Castro e João Renato Leal Afonso.

Com a palavra o Vereador José Luiz disse querer comentar sobre requerimentos que apresentou, preocupa-se com o meio ambiente porque se tem visto por parte da Prefeitura verdadeiros crimes ecológicos, recentemente estava na Maternidade e soube que a coleta de lixo daquela casa é feita junto com os outros lixos e jogados no Passa Dois, sem nenhum tratamento especial, podendo causar problemas sérios. Outra preocupação é quanto o esgoto da Mariental que há mais de um ano foi feito uma pesquisa sobre o que o pessoal queria, e o resultado foi o esgoto, outros vereadores já entraram com esse pedido de esgoto e até hoje nada foi feito. Outra coisa é sobre o pedido de contratação de medico oculista, a Prefeitura tem pago deslocamento de pessoas para

consultarem em Curitiba ou ainda pago particular oculistas na Lapa, está na hora de se contratar um oculista pela Prefeitura para atender a população. Pediu também um Voto de Congratulações a Diretora, equipe de funcionários e professores , que graças a eles a Lapa conta a partir deste ano com o CES, que é muito importante para que as pessoas que não tiveram condições de fazer o segundo grau regular, podem agora conclui-lo. Quanto a questão das ruas da Cidade, sobre o que foi falado que tem que errar para aprender, isso é burrice, porque muita gente já errou, deve-se aproveitar esse serros para não se jogar dinheiro fora.

Com a palavra o Vereador João Renato disse que mais uma vez quer deixar consignado em ata com satisfação a presença dos visitantes, dos amigos da Vila Esperança, da amiga Ceição, do Presidente da Associação dos Moradores, dos amigos da Câmara Júnior, principalmente a Sr.ª Silse, ao amigo Walter e demais visitantes que honram esta Casa com suas presenças e incentivam os Vereadores a fazer mais, só com a presença da população é que incentivará a cada vez mais mostrar serviço. Quer deixar consignado então a honra em receber todos e especialmente a pessoa responsável por este Vereador estar nesta Casa falando, que é sua mãe, que encontra-se presente atendendo um apelo da Campanha da Fraternidade, onde está representando a comunidade de Água Azul e Canoeiro.

Mais ninguém inscrito para Explicações Pessoais o Sr. Presidente comunicou que o Sr. Prefeito fará a prestação de contas do exercício anterior no dia 12 de abril, as 14:00 horas e encerrou a Sessão agradecendo a presença dos visitantes assim como dos Vereadores que permaneceram até o final da Sessão e convocou-os para a próxima Sessão no dia 12 de abril de 1996, hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia:

2ª discussão do ante-projeto de Lei nº 007/96, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial.

1ª discussão do ante-projeto de Lei nº 001/96, de autoria do Executivo Municipal que cria a Conferência Municipal de Assistência Social - COMAS; o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS; e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, como especifica e dá outras providências.

1ª discussão do ante-projeto de Lei nº 006/96, de autoria do Executivo Municipal, que autoriza i Chefe do Poder Executivo Municipal a participar do Consorcio de Saúde da Região Metropolitana de Curitiba.

Para constar, eu, Sandra Glade, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será por todos assinada.